

Sumário

1. Formas de melhorar o rendimento tributário de contribuintes do Lucro Presumido	1
1.1. Divisão dos “grupos tributários”	1
1.2. Tributação sobre a folha de salários.....	3
1.2.1. Dimensão da base de cálculo.....	3
1.2.2. Aplicação da alíquota correta da GIIL-RAT	5
1.2.3. Aproveitamento das contribuições sociais retidas	8
1.2.4. Limitação da base de cálculo das “contribuições para terceiros”	10
1.3. Tributação sobre a renda e o lucro	11
1.3.1. Determinação das bases de cálculo possíveis.....	11
1.3.2. Delimitação das bases de cálculo para atividades diferentes dentro da mesma empresa.....	14
1.3.3. Deduções genéricas da base de cálculo presumida.....	15
1.3.4. Acréscimos de ganhos financeiros à base de cálculo presumida	17
1.3.5. Regime de caixa e de competência	18
1.4. Tributação sobre o faturamento ou a receita bruta.....	19
1.4.1. PIS e COFINS.....	19
1.4.2. Deduções genéricas da base de cálculo	21
1.4.3. “Deduções judiciais” da base de cálculo	23
1.4.4. Cumulatividade da apuração.....	24
1.4.5. Apuração sobre receitas com tributações diferentes.....	26
2. O STF e as revisões das relações tributárias recorrentes.....	29

2.1. O STF e as revisões das relações tributárias recorrentes, agora, em favor do contribuinte.....	30
3. O STJ e a retirada dos benefícios de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL	33
4. O STJ e a retirada do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no Lucro Presumido	35
5. O Os benefícios fiscais do PERSE e as peripécias legais para sua limitação	37
6. DIFAL de ICMS e de novo, novamente, o STF	39
7. Créditos de PIS e COFINS irrestritos e o STF	41
8. A decisão do STF pela restritividade dos créditos de PIS e COFINS	43
9. O STJ e a retirada do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS.....	45
10. O STF e a base de cálculo do ISS na construção civil.....	47
11. DIFAL de ICMS e mais uma vez o STF	49
12. A quitação de débitos tributários federais com precatórios	51
13. 2023 tributário: perspectivas, expectativas e intenções	53
14. Principais reformas tributárias propostas	55
14.1 O IBS ou IVA	56
14.2. O Simplifica já!	58
14.3. A CBS substitutiva do PIS e COFINS.....	59
14.4. O Código de Defesa do Contribuinte.....	61
14.4.1. Regras gerais das relações jurídicas tributárias	62

14.4.2. As diretrizes de um sistema de “cooperação fiscal”	64
14.4.3. Obrigatoriedade de sistematizar a legislação tributária.....	66
14.4.4. Disposições gerais do processo administrativo fiscal	67
14.4.5. Disposições gerais do procedimento administrativo de fiscalização	69
14.4.6. O novo regime da “consulta fiscal”	70
14.4.7. O novo regime das “multas fiscais”	72
14.4.8. O novo regime da “mora fiscal”	73
14.4.9. O novo regime dos “meios de objeção fiscal”	74
14.4.10. O novo regime da “responsabilização fiscal de terceiros”	76
14.4.11. A uniformização das decisões administrativas.....	77
15. A retirada do ICMS da base de cálculo dos créditos de PIS e COFINS.....	81
16. A retirada do “IPI não recuperável” da base de cálculo dos créditos de PIS e COFINS	83
17. A inclusão do ICMS-ST na base de cálculo dos créditos de PIS e COFINS.....	85
18. O STJ e a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores de descontos e bonificações em mercadorias recebidos pelo setor varejista.....	87
19. O STJ e, por fim, a não retirada do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no Lucro Presumido.....	89
20. O STJ e os parâmetros para a retirada dos benefícios de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL	91